

## **CARTA ABERTA DAS PESSOAS TRABALHADORAS DO PROGRAMA RIO SEM LGBTIFOBIA**

**Prezados defensores da causa LGBTI+,**

É por meio desta carta que nós, pessoas trabalhadoras do Programa Estadual Rio Sem LGBTIfobia ([Lei nº 9.496/21](#)), manifestamos nossa preocupação com o atual cenário ameaçador que põe em risco a continuidade desta política pública histórica, reconhecida hoje como a maior política de promoção e defesa dos direitos da População LGBTI+ do Brasil.

O Programa Rio Sem LGBTIfobia, além de empregar diretamente diversos profissionais de alto nível que, por questões de preconceito, têm dificuldades de inserção no mercado tradicional, atende diretamente milhares de pessoas em desproteção social, de forma interdisciplinar, sendo um instrumento crucial no combate à LGBTIfobia tanto de forma preventiva, através de atendimentos e encaminhamentos para garantir os direitos básicos dessa população colocada à margem do acesso; Trabalho articulado com o Ministério Público e a Defensoria, com apoio didático e institucional do Programa; Capacitação e formações pedagógicas para a rede de profissionais de todos os municípios; intervenções pontuais de suporte para a rede; e outros, bem como no tratamento das violências já instauradas, oferecendo suporte em acompanhamentos em delegacias a fim de garantir o correto encaminhamento dos registros e ocorrências, bem como de que a voz da população em vulnerabilidade, que normalmente é silenciada, possa ser ouvida; há também atendimento psicológico para pessoas em sofrimento mental, articulação para abrigamentos, garantia de alimentação e demais articulações que, diariamente, salvam vidas, atuando de forma integrada com o escopo constante de construir uma sociedade mais justa e menos violenta em todo o estado do Rio de Janeiro.

Vale mencionar que hoje a execução desse Programa tão importante, que existe em função de lei, se dá pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH) em parceria com a UERJ, e que, não apenas existia previsão orçamentária para sua execução, como havia ainda previsão de ampliação do Programa, uma vez que se encontrava em curso final o

processo seletivo aberto em 2025 que ampliou o número de profissionais e já se encontrava em fase final de contratação com convocação dos aprovados para assinatura de contrato em 01 de julho de 2026.

Ocorre que, de forma **absolutamente inesperada**, a instituição contratante apresentou atraso dos salários de todos os profissionais no mês de referência 04 de 2026 (tendo sido pago apenas um valor parcial do salário de forma extemporânea), sem qualquer explicação, não tendo sido pago o salário de referência 05/2026 na íntegra e não havendo previsão para o pagamento do salário referência 06/2026. Para além disso, após requerer os exames admissionais, a UERJ enviou e-mail para todos os aprovados suspendendo a contratação. Limitando-se a esclarecer que a efetivação das contratações está sujeita a disponibilidade orçamentária e informando que a Secretaria do Estado não teria feito o repasse necessário para a continuidade do processo.

Diante dos fatos que trazemos ao conhecimento público, fica evidente que o movimento do estado coloca em abandono a continuidade deste Programa que hoje assiste não apenas milhares de usuários em desproteção social, mas também presta suporte técnico qualificado e articulado para todos municípios do Estado do Rio de Janeiro através de 23 (vinte e três) centros regionalizados, na promoção de direitos, na capacitação da rede, na educação da população e na defesa direta de uma população que não possui acesso garantido a sua dignidade, sequer seus direitos mais básicos, lembrando que esta é uma das populações mais assassinadas neste país.

Não podemos esquecer jamais de pontuar que essa política pública sólida e construída a tantas mãos, embora tenha sido consolidada como direito da população através de lei há pouco mais de 4 anos, já é executada prestando serviços para a nossa sociedade há mais de 15 anos, sendo uma política surgida das dores do povo para proteção do povo. O ataque e a marginalização desta política dentro da estrutura estatal representam um retrocesso a todos os direitos conquistados nos últimos anos, como a decisão pelo casamento igualitário e o reconhecimento da LGBTIfobia enquanto crime de racismo (Lei nº 7.716/1989).

Por todos esses motivos, nós, enquanto profissionais que vivemos a luta pelo direito, como defensores e mobilizadores de direitos humanos, não podemos nos calar, bem como a sociedade não deve se calar.

É triste, porém imperioso, apontar que a total omissão de informações e a ausência deliberada no repasse das verbas, colocou todo o corpo de profissionais, que dedicam suas vidas ao atendimento ininterrupto da população, **em risco**. Muitos dos funcionários que foram surpreendidos com o corte dos pagamentos se encontram hoje sem conseguir arcar com suas despesas mais básicas, embora, mesmo assim, continuem se desdobrando para manter de pé a execução do programa, dada a sua essencialidade, ainda que com sua integridade física e psicossocial muitas vezes abalada, diante do movimento de corte de direitos pelo executivo, contrariando a lei vigente.

O atraso reiterado dos pagamentos compromete o acesso à moradia, alimentação, saúde, transporte e demais necessidades básicas, afrontando, dentre outros, os princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da Constituição Federal), bem como os direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição e a proteção conferida ao trabalhador pelo art. 7º.

É inadmissível que as pessoas colaboradoras estejam tendo que retirar dinheiro do próprio bolso para que o serviço do Estado não fique esvaziado ou pare de funcionar, mas, sem salário, quantos dias mais o serviço permanecerá sustentado apenas pelos seus trabalhadores?

Por fim, a preocupação se torna de inadiável manifestação tendo em vista que encontramos-nos em vésperas de período de vedação eleitoral, o que faz com que os previstos repasses sejam executados antes do dia 03 de julho para que esta política possa ter continuidade. No entanto, seguimos ouvindo apenas o silêncio.

Logo, torna-se transparente que, ao desligar dos aparelhos que mantêm o funcionamento de um corpo, a consequência lógica é a morte. Assim, diante da premente morte da execução desse serviço causada pelo abandono do Estado, os profissionais, que dedicaram anos de suas vidas na construção orgulhosa da maior política LGBTI+ desse país, trazem, através destas palavras, uma última esperança de vida.

Contamos com a ajuda de todas as pessoas a quem essas palavras alcancarem, sejam trabalhadores, pessoas usuárias que se sintam desprotegidas, mas principalmente garantidores de direitos humanos, representantes governamentais e da sociedade civil, para que juntos não deixemos que essa

violência seja perpetrada contra a população LGBTI+ e que seja mantida a execução do Programa Rio sem LGBTIfobia, com transparência e a responsabilidade que as pessoas trabalhadoras e usuárias desse serviço merecem e o momento exige.